

Trabalho, natureza e mercado: a dinâmica do comércio de produtos regionais em Belém

Iraneide Souza Silva & Edna Maria Ramos de Castro

RESUMO

Este artigo analisa algumas dimensões da relação trabalho x natureza, mais especificamente o uso social de espécies que compõem a rica biodiversidade amazônica, chegadas aos mercados urbanos e transformadas pelo trabalho de extrativistas, agricultores, coletores, apanhadores de açaí, erveiros, pescadores – o que chamamos de sociobiodiversidade. A pesquisa buscou entender as formas de organização do trabalho e a geração de renda de diversos segmentos de trabalhadores que atuam nos fluxos comerciais de produtos florestais não madeireiros de valor alimentar, medicinal, ornamental, artesanal e outros usos, inseridos no mercado local para fins de comercialização. O estudo ancora-se no referencial teórico-metodológico das ciências sociais, sobre trabalho, mercado e sociobiodiversidade, considerando o universo de portos, feiras e mercados localizados na orla fluvial da cidade de Belém. A coleta de dados foi junto a 138 trabalhadores que atuam no Complexo do Ver-o-Peso, Porto da Palha, Porto do Açaí/Complexo do Jurunas e Feira da Orla de Icoaraci, pela relevância desses espaços na circulação de produtos regionais e na inserção de mão de obra ao mercado informal, prevalecendo o trabalho masculino, a organização individual e familiar não assalariada e a faixa de renda de um a três salários mínimos para diversas categorias de trabalhadores urbanos.

Introdução

A história econômica da Amazônia mostra que a biodiversidade é uma fonte importante de recursos para atividades agroextrativistas e industriais (Castro, 1999), na produção de alimentos, fármacos, cosméticos, bem como nos grandes empreendimentos voltados à mineração, ao agronegócio e à produção de energia. O interesse econômico pelos recursos naturais foi determinante na ocupação do território, no surgimento dos núcleos urbanos, nos fluxos produtivos, no desenvolvimento econômico e nas relações de poder (Castro, 1999).

Na associação desta temática ao contexto local, este artigo visa contribuir para o entendimento das formas de reprodução do trabalho empreendido na conversão de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) em bens de troca para fins alimentícios, medicinais, ornamentais, artesanais, ritualísticos e outros usos, considerados aqui como sociobiodiversidade¹, com ênfase nas dimensões socioeconômicas, culturais e ambientais, envolvendo diversos segmentos que atuam no mercado informal em Belém (PA).

Dessa forma, propusemos uma abordagem sobre o uso social da biodiversidade no bojo das discussões da viabilidade de se promover o desenvolvimento aliado à sustentabilidade. Nesse cenário, podemos questionar: Quais espécies estão sendo ameaçadas, valorizadas e preservadas? Quais delas interessam ao grande mercado? As madeiras? As plantas medicinais? Na contramão, nosso propósito foi identificar aspectos do trabalho informal vinculado à comercialização de produtos regionais, especialmente aqueles que estão na nossa mesa, na culinária, na medicina popular, nas ruas, nas feiras, no cotidiano das pessoas e das cidades, que agregam valor econômico e cultural, e dinamizam os fluxos comerciais nas feiras, mercados e portos da orla fluvial de Belém.

Neste aspecto, pretende-se dar visibilidade aos benefícios da sociobiodiversidade para além do âmbito rural, extensivos ao contexto urbano, na geração de trabalho e renda a um grande contingente de trabalhadores envolvidos no comércio de produtos regionais. Objetiva-se, ainda, identificar especificidades do mercado informal, considerando, entre outras variáveis, os agentes envolvidos, as categoriais de trabalho, a composição da renda, os produtos ofertados, os fatores ambientais e as condições de trabalho, tomando por base o universo de 138 trabalhadores que atuam em portos, feiras e mercados localizados na orla fluvial de Belém. A coleta de dados foi realizada no Porto da Palha, Porto do Açaí e Complexo de Abastecimento do Jurunas (orla sul); no Complexo do Ver-o-Peso (orla central) e na Feira da Orla de Icoaraci (orla oeste), considerados estratégicos para escoamento da produção

¹ Termo utilizado em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (BRASIL, 2009).

do interior do Pará e abastecimento das feiras e mercados existentes na cidade (Silva, 2011).

Na aproximação da sociobiodiversidade com o trabalho, o foco de deste estudo volta-se às formas de organização das atividades comerciais, buscando conhecer, ainda, a disponibilidade de produtos regionais para o conjunto da cidade de Belém e para os atores sociais inseridos na comercialização realizada no ambiente urbano. Assim, a cidade converte-se em espaço de interações que se estabelecem entre o urbano e o rural, vistos tradicionalmente de forma isolada, mas que são permeados por uma complexidade de relações e vínculos (Nunes, 2008). Nesse sentido, a orla fluvial é o lócus de observação, delimitando os principais espaços de distribuição dos produtos oriundos das ilhas de Belém e de várias localidades do interior do Pará.

Pela complexidade do tema, o estudo filia-se às ciências sociais, em diálogo com outras áreas do conhecimento, pela “possibilidade de ruptura das abordagens tradicionais” (Castro, 2006), numa perspectiva multidisciplinar. Em sentido amplo, esta abordagem vincula-se às inter-relações entre sociedade e ambiente (Vieira, 1993, p. 16) ou trabalho e natureza, considerando o uso social da biodiversidade aliada ao trabalho informal, que agrega vários segmentos e categorias no comércio de produtos regionais em Belém, considerando as especificidades de uma metrópole amazônica que tem como determinante histórico a exploração e aproveitamento dos recursos naturais e/ou florestais.

Ao focar a inserção dos recursos e benefícios da sociobiodiversidade na dimensão urbana, descortina-se o universo do trabalho que aciona os fluxos comerciais nos portos, feiras e mercados de Belém, partindo da hipótese de que muitas espécies da biodiversidade amazônica (PFNMs) transcendem o seu valor de uso e agregam capital econômico e simbólico, pois refletem os modos de vida e os traços culturais da região, e ainda garantem a reprodução social de trabalhadores rurais e urbanos (Silva & Castro, 2014). No campo social, evidenciam-se as formas de organização do trabalho dos agentes envolvidos na cadeia comercial de produtos regionais, objetivando aprofundar o conhecimento da realidade local, indicar demandas sociais para subsidiar a formulação de políticas públicas e novos parâmetros para estudos em diversos campos do conhecimento.

Belém e seus portos, feiras e mercados populares

No contexto atual, Belém reproduz o modelo de sociedade moderna, nos rumos da Amazônia contemporânea, em resposta às exigências do mercado mundial, onde as cidades expressam “os processos de acumulação e de concentração de capital e a precarização crescente das relações produtivas que aprofundam e atualizam as contradições entre capital e trabalho” (Castro, 2008, p. 16; Cruz, Castro & Sá, 2011). Seguindo esta tendência, emergem novos espaços de comunicação entre as populações, inserção de padrões produtivos, expansão e verticalização do espaço, ao tempo em que coexistem padrões tradicionais de produção de bens e serviços, de informalidade acompanhada da precarização da vida urbana (Castro, 2006, p. 14). Essa coexistência reproduz os traços culturais e as particularidades de uma grande cidade que avança na dinâmica da metropolização, mas também abriga comunidades com modos de vida tipicamente ribeirinhos (Lisboa, 2009).

Belém localiza-se na confluência da baía do Guajará com o rio Guamá, tendo os rios e igarapés como dinamizadores da vida urbana (Moreira, 1966, p. 63), abrangendo uma área de 1.059,458 km² e uma população estimada em 1.432.844 habitantes, distribuída 71 bairros e densidade demográfica de 1.315,26 hab/km² (IBGE/Cidades, 2014). A Região Metropolitana (RMB) engloba os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara, Santa Izabel e Castanhal, e a região insular é formada por um conjunto de 39 ilhas. A região insular não se define somente por manter áreas preservadas, incluindo-se a Área de Proteção Ambiental Ilha do Combu (APA Combu), mas também pela vocação turística de algumas e, principalmente, pela produção extrativista que abastece os centros urbanos, em especial Belém, pela facilidade de acesso por via fluvial.

Ao aportar nas grandes cidades, os produtos regionais expressam outra dimensão da sociobiodiversidade, gerando benefícios tanto para os produtores rurais e comerciantes quanto aos consumidores que preservam os hábitos e costumes locais, valorizando os traços culturais paraenses.

A cidade de Belém é o principal polo de escoamento dos produtos regionais através do comércio varejista nos portos, feiras e mercados, que resistem à força empresarial dos supermercados e *hipercenters*,

na rede de abastecimento da cidade. Além disso, são considerados espaços de socialização nos respectivos bairros e de interações rural-urbano (Silva & Castro, 2013).

Nesta pesquisa, conhecer os espaços de comercialização da cidade foi essencial. O trabalho de campo incluiu a visita a 50 feiras, mercados, hortomercados e portos cadastrados pela SECON/DFMP, para georrefenciamento por GPS de todos os espaços e atualização endereços, sendo identificadas cinco feiras ainda não cadastradas pela SECON. Esses dados possibilitaram a elaboração do mapa localização dos espaços (Figura 1), produzido pela equipe do Laboratório de Sensoriamento Remoto do Museu Paraense Emílio Goeldi (UAS/MPEG) e incorporado ao banco de imagens institucionais.

Na maioria dos espaços observou-se a precariedade na infraestrutura, nos serviços e nas condições de trabalho, pois não seguem as normas da SECON quanto aos padrões de higiene, visto que muitos produtos são expostos ao ar livre, inclusive carnes e pescado. A seguir, apresentam-se aspectos do trabalho e as características dos espaços pesquisados.

Complexo do Ver-o-Peso (orla central) (Figura 2)

A origem do Ver-o-Peso data de 1688, com a criação do posto de fiscalização e tributos – a casa *Haver-o-Peso*. O Mercado de peixe é um ícone da arquitetura em ferro em estilo *Art Nouveau*, inaugurado em 1901. O funcionamento do Complexo foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 39.326, de 1º de outubro de 2001 (Belém, 2001), cujas atividades ocorrem em horários diferenciados, conforme a demanda dos produtos. Quanto à infraestrutura, a feira e o mercado contam com mais de 1.000 equipamentos², agregando cerca de 1.200 trabalhadores cadastrados, que se somam a muitos ambulantes que circulam com produtos e serviços com seus tabuleiros, estrados, bicicletas, carros de mão e outros suportes.

A feira é organizada por setores, de acordo com os produtos: Plantas ornamentais (6 lojas); mandioca, macaxeira, maniva, tucupi (12 boxes);

² Segundo a SECON, os equipamentos são: barraca, boxe, loja, tabuleiro, talho, tanque, arreado e estrado.



Figura 1. Localização das feiras, mercados, hortomercados e portos de Belém. Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: Laboratório de Sensoriamento Remoto do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

artesanato (16 boxes); polpas (8 boxes); farinha, peixe seco, camarão salgado, mercearia, castanhas, molhos (145 boxes diferenciados); hortifrutigranjeiros (62 boxes); ervas (80 boxes).

O mercado de ferro abriga vários tipos de comércio em 109 equipamentos. Na parte interna: 60 boxes/talhos para venda de peixes como dourada, filhote, piramutada, pescada branca e amarela, tamuatá, surubim, tucunaré, tambaqui, bagres, pescada gó e muitas outras, além de camarão fresco, mexilhão tirado e ovas. Na parte externa: 32 lojas de artigos esportivos e pesca, religiosos, descartáveis, armazém, farmácia, bares, barbearia, tabacaria, material elétrico, confecções, tecidos, bares, lanchonetes e outros (Campelo, 2010, p. 51). Na parte de trás: 10 tanques para venda de caranguejo e área aberta para peixe salgado. Na calçada à beira-rio conhecida como “pedra” encontram-se inúmeros vendedores de peixe.

O Complexo do Ver-o-Peso vem resistindo à pressão das grandes redes de supermercados e atacadistas, mantendo-se como um importante centro de abastecimento (Campelo, 2010, p. 43) e referência para as demais feiras e mercados, pois abriga o maior número de trabalhadores e pela diversidade de produtos ofertados.



Figura 2. Vista do Complexo do Ver-o-Peso. Foto: Lídia Souza.

Porto da Palha (orla sul) (Figura 3)



Figura 3. Área do trapiche do Porto da Palha. Foto: Iraneide Silva.

Segundo os moradores mais antigos, o Porto da Palha chamava-se Porto São Mateus, como extensão da estrada de São Mateus (atual Padre Eutíquio), sendo renomeado entre 1966 e 1970. Trata-se de um importante entreposto comercial e uma área que agrega outras funções, como local de comércio e de moradia.

No trapiche, o movimento é diário e intenso desde a madrugada, com a chegada dos barcos das ilhas e do interior trazendo açaí, farinha, cacau (seco ou molhado), carvão, frutas e mandioca e outros, para a comercialização que envolve vários segmentos como produtores rurais, atravessadores, feirantes, carregadores e outros ambulantes. O trapiche também funciona precariamente como terminal de passageiros.

Na área do porto há vários tipos de comércio: palha de buçu, estâncias, lojas confecções, e também uma feira livre, que se estende para a Av. Bernardo Sayão e Tv. Padre Eutíquio, com 107 barracas, 31 tabuleiros e dois tanques, todos construídos ou montados pelos próprios feirantes,

sendo 131 cadastrados na SECON e vários ambulantes. Os principais produtos ofertados na feira são: frutas, farinha, peixe seco, caranguejo, embutidos, mercearia e industrializados. Além disso, várias famílias residem na parte de cima dos comércios ou nas vielas e becos, porém a comunidade é atuante e organizada, e há 28 anos os moradores contam com Associação Beneficente Centro Comunitário do Porto da Palha, que oferece serviços médicos, odontológicos, exames e auxílio funeral aos comunitários e ribeirinhos associados, além de um PMBox com policiamento 24 horas.

Porto do Açaí e Complexo de Abastecimento do Jurunas (orla sul) (Figuras 4 e 5)

O Porto do Açaí é o antigo Porto da Conceição, inaugurado 1987. Atualmente, conta com 34 boxes, nove barracas e 50 arreados, onde atuam 93 trabalhadores, sendo 58 cadastrados, que se somam a inúmeros atravessadores e ambulantes, numa movimentação que ocorre 24 horas, durante as quatro feiras diárias (Projeto..., 2008, p. 4). É o principal espaço para escoamento da produção de frutos de da



Figura 4. Vista do Porto do Açaí do Jurunas. Foto: Iraneide Silva.



Figura 5 Complexo de Abastecimento do Jurunas. Foto: Iraneide Silva.

palmeira açai (*Euterpe oleracea* Mart.), mas também recebe cacau, farinha, frutas, carvão, dentre outros produtos que abastecem os feirantes do Complexo de Abastecimento do Jurunas. Considerando proximidade e a rede de cooperação entre esses dois espaços, ambos foram considerados na amostragem desta pesquisa.

O Complexo de Abastecimento do Jurunas foi inaugurado em 1988. Trata-se de um espaço com estrutura de hortomercado, contando com 183 barracas, 207 boxes, 49 tabuleiros, 10 talhos, 12 tanques e um arreado para comercialização de hortifrutigranjeiros, industrializados, alimentos, mercearia, farinha, ervas, carne, peixe, camarão, caranguejo e outros. Ali trabalham 309 permissionários cadastrados, que mantêm a Associação de Feirantes.

Feira da Orla de Icoaraci (orla oeste) (Figura 6)



Figura 6. Vista da Feira da Orla de Icoaraci. Foto: Iraneide Silva.

Próximo ao Porto de Icoaraci localiza-se a Feira da Orla. Apesar da proximidade do Mercado Municipal, a feira funciona de forma independente, sendo mais vinculada ao Porto. Trata-se ocupação irregular há mais de 10 anos, conforme a SECON/DFMP). São 24 equipamentos, sendo nove barracas fixas de madeira, com cobertura de telha cerâmica e de fibra-cimento, onde são comercializados hortifrutigranjeiros, farinha, carvão, refeições e outros; 13 tabuleiros de madeira, e barracas desmontáveis com cobertura de plástico para comercialização de peixe fresco, camarão fresco e hortifrutigranjeiros, e dois tanques de alvenaria para venda de caranguejo. Um fato observado recentemente foi a retirada da Feira da Orla de Icoaraci, que no período da pesquisa encontrava-se em estudo para regulamentação pela SECON.

Esses espaços públicos são geridos pela Secretaria Municipal de Economia (SECON)/Departamento de Feiras, Mercados e Portos (DFMP), responsável pelo controle, fiscalização e sistematização dos dados referentes aos produtos e permissionários³. O funcionamento é normalizado por legislação específica, fazendo-se distinção entre as categorias: Mercados, Hortomercados e Feiras Livres.

Sociobiodiversidade em movimento na cidade

Os recursos da sociobiodiversidade identificados nesta pesquisa são produtos florestais não madeireiros (PFNM) de origem animal (peixes, mariscos e crustáceos) e vegetal (plantas ornamentais e medicinais, ervas, frutas, verduras, legumes, folhas, raízes, óleos, polpas, tubérculos, fibras, raízes e sementes), provenientes do interior do Pará e região das ilhas de Belém. Nesta amostragem, pode-se observar o volume anual (kg) de produtos recebidos nos portos pesquisados e redistribuídos para mais de 50 feiras e mercados na cidade (Tabela 1).

Um fator observado foi a importância dos portos comerciais da orla sul de Belém para escoamento e comercialização de mercadorias. Esses portos e trapiches são por si relevantes na dinâmica social, econômica e cultural entre Belém e as áreas rurais e urbanas do seu entorno (Castro & Santos, 2006).

Na região das ilhas, a pesca é uma das atividades mais importantes para a composição da renda familiar, principalmente pela venda de pescado nos mercados locais ou exportação para outras regiões do Brasil ou mesmo para o exterior, representando a base econômica de pescadores artesanais e da indústria pesqueira (Isaac, 2006; Furtado, 1993; Sena, 2006). Essa atividade é realizada em quase toda a porção insular até a região costeira e ao mar aberto (Furtado; Nascimento, 2002; Santana, 2006).

³ Termo utilizado pela SECON para identificar os trabalhadores cadastrados que têm permissão de uso dos espaços e/ou equipamentos disponibilizados mediante o pagamento das taxas estipuladas pela Secretaria, e segundo a legislação que rege o funcionamento das feiras livres, mercados e hortomercados de Belém.

Tabela 1. Volume (kg) de hortifrutigranjeiros ofertados nos Portos de Belém/2010.

Produtos Hortifrutigranjeiros	Portos Municipais				Total Geral
	Feira do Açaí	Porto do Açaí	Porto da Palha	Porto de Icoaraci	
Abacaxi	883.762			101.032	984.794
Abobora	89.216			33.300	122.516
Açaí	20.322.825	18.616.000	1.363.500	7.987.100	48.289.425
Acerola	69.487				69.487
Bacaba	1.820	52.180			54.000
Bacuri	12.272	47		650	12.969
Banana	785.320	55.160	351.600	33.480	1.225.560
Biribá	4.171	1.925			6.096
Cacau		1.275		200	1.475
Caju	210			37	247
Castanha-do-pará	76.884				76.884
Coco seco	137.828			54.294	192.122
Coco verde	1.066.555			318.127	1.384.682
Cupuaçu	54.611	26.612		58.718	139.941
Farinha	716.310	8.340	677.700	54.000	1.456.350
Goiaba	5.832				5.832
Graviola	380			2.000	2.380
Ingá				2.088	2.088
Jaca	8.613			4.725	13.338
Jambo	1.114				1.114
Laranja	250.796			11.670	262.466
Limão galego	97.238			3.059	100.297
Limão	48.809			2.357	51.166
Macaxeira	34.350				34.350
Mamão	158.460			5.060	163.520
Manga	219.680	4.100		36.459	260.239
Maracujá	76.819				76.819
Melancia	612.728			49.552	662.280
Milho verde	13.713				13.713
Muruci	1.821			6.993	8.814
Piquiá	10.687				10.687
Pupunha	72.964	55.856		8.268	137.088
Taperabá	12.501			40.326	52.827
Tucumã	7.920				7.920
Tangerina	27.152			627	27.779
Uxi	3.505	3.372		1.000	7.877
Total Geral	25.886.353	18.824.867	2.392.800	8.815.122	55.919.142

Fonte: SECON, 2011. Volume: (Kg). (*)Porto de abastecimento da Feira do Ver-o-Peso.

Os principais produtos oriundos das ilhas são: os frutos da palmeira açáí (*Euterpe oleracea* Mart.) (Jardim et al., 2004), peixes, mariscos, macaxeira, mandioca, hortaliças, coco, carvão vegetal e pequenos animais (Silva, 2010). O fruto do açáí é um dos mais importantes para as populações caboclas, usado na alimentação, na medicina popular, fibras e construções (Silva & Almeida, 2004, p. 37-53). É um dos principais itens exportados, com reflexos positivos na economia, sendo o Pará o maior produtor (Tabela 2). Outras frutas regionais exportadas são a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum) e o bacuri (*Platonia insignis* Mart.) (Cavalcante, 2010).

Tabela 2. Volume e valor comercial de açáí nos municípios do Pará em 2010.

Município	Volume (t)	Mil Reais (R\$)	Município	Volume (t)	Mil Reais (R\$)
Abaetetuba	730	1.241	Limoeiro do Ajuru	19.267	38.535
Afuá	3.906	4.218	Magalhães Barata	2.972	2.972
Altamira	290	232	Marapanim	1.700	1.700
Anajás	750	1.500	Mocajuba	5.122	12.804
Ananindeua	390	351	Moju	290	435
Bagre	103	206	Muaná	8.100	8.505
Baião	454	682	Novo Repartimento	120	85
Barcarena	2.990	5.382	Óbidos	435	392
Belém	360	432	Oeiras do Pará	8.485	16.970
Breves	780	1.560	Oriximiná	104	63
Bujaru	420	504	Ponta de Pedras	10.797	10.257
Cachoeira do Arari	2.996	2.397	Portel	320	640
Cachoeira do Piriá	415	270	Prainha	273	328
Chaves	300	300	Santo Antônio do Tauá	106	106
Curralinho	810	1.620	S. Domingos do Capim	2.093	2.093
Curuá	117	82	S. Miguel do Guamá	4.626	4.626
Igarapé-Miri	6.200	10.540	S. Sebastião da Boa Vista	6.825	5.801
Inhangapi	3.533	3.003	Tomé-Açu	120	144
Irituia	1.726	1.726	Tucuruí	662	992

Fonte: IBGE (2010).

A produção das ilhas soma-se a de outros municípios e alcançam valor de troca a partir da inserção no mercado, tendo em Belém o principal polo de escoamento. Na Tabela 3 percebe-se a diversidade e a vocação produtiva das localidades paraenses, com base na procedência dos produtos identificados na pesquisa.

Tabela 3. Principais produtos segundo os municípios do Pará (2010).

Municípios/localidades	Principais produtos
Abaetetuba	Frutas regionais, verduras, plantas medicinais e ornamentais, óleos, pescado
Acará	Frutas regionais; mandioca e derivados, plantas medicinais, mel, pescado
Almeirim	Pescado
Altamira	Óleos vegetais
Americano	Mandioca e derivados
Ananindeua	Plantas medicinais, verduras
Barcarena	Frutas regionais, óleos vegetais, mandioca e derivados
Benevides	Frutas regionais
Benfica	Frutas regionais
Boa Vista	Frutas regionais
Bragança	Frutas regionais, pescado, mariscos, mandioca e derivados
Breu Branco	Óleos vegetais
Bujaru	Frutas regionais, mandioca e derivados
Cametá	Frutas regionais, óleos vegetais, mel, pescado
Capanema	Mandioca e derivados
Castanhal	Frutas regionais, verduras, óleos vegetais, mandioca e derivados
Colares	Mariscos
Currálinho	Mariscos
Curuçá	Óleos vegetais
Icoaraci	Pescado
Igarapé-Açu	Frutas
Igarapé-Miri	Óleos vegetais
Ilha do Marajó	Frutas regionais, óleos vegetais, pescado, mariscos
Marabá	Frutas regionais
Marituba	Verduras
Marudá	Pescado
Moju	Frutas regionais, plantas medicinais, mandioca e derivados
Mosqueiro	Frutas regionais, pescado, mariscos
Óbidos	Pescado
Paragominas	Óleos vegetais
Periquitaquara	Frutas regionais
Quatipuru	Mariscos

Tabela 3 (cont.). Principais produtos segundo os municípios do Pará (2010).

Municípios/localidades	Principais produtos
Ponta de Pedras	Plantas medicinais
Região das Ilhas	Frutas regionais, plantas medicinais, mariscos, pescado
Salinas	Pescado
Santa Isabel	Verdura, plantas medicinais, mandioca e derivados
Santa Maria do Pará	Mandioca e derivados
Santarém	Pescado
Santo Antonio do Tauá	Frutas regionais, mandioca e derivados
São Caetano de Odivelas	Pescado, mariscos
São Domingos do Capim	Frutas regionais, mandioca e derivados
São João de Pirabas	Pescado
São Miguel do Guamá	Frutas regionais
São Sebastião da Boa Vista	Mariscos
Terra Santa	Óleos vegetais
Tomé-Açu	Frutas regionais
Tucuruí	Pescado
Vigia	Verduras, pescado, mariscos

Fonte: Trabalho de campo.

O Trabalho associado à sociobiodiversidade

Estudos sobre o trabalho em feiras e mercados no Brasil têm contribuído para visibilizar as especificidades do trabalho nesses segmentos, envolvendo um grande número de atores nas práticas de manipulação e venda de produtos em espaços diferenciados, como os mercados, feiras livres permanentes, feiras temporárias, feiras de produtores rurais, como abordam Sato (2007), Rocha et al. (2010), Sá, Costa & Tavares (2006), Leitão (2010), destacando-se as diversas modalidades e as formas de organização do trabalho. Em extensão, estudos também apontam para a importância das espécies comercializadas (PFNMs), destacando as propriedades terapêuticas, alimentares, artesanais e outras que fazem parte do conhecimento popular, como apontam Lima, Coelho-Ferreira & Oliveira (2011, p. 422-434).

Na caracterização do universo estudado, destacaram-se categorias “trabalho” e “ambiente”, tais como local de trabalho, tipo de ocupação,

mão de obra utilizada, fatores ambientais e climáticos que influenciam negativa ou positivamente no trabalho, e outros. Foram aplicados questionários estruturados e entrevistas com 138 feirantes, intermediários e produtores, de um universo total de 840 trabalhadores que comercializam somente produtos regionais. Em paralelo, os produtos foram identificados segundo os padrões científicos de Botânica e Ictiologia⁴, acrescidos dos dados coletados em campo sobre o uso, os seus derivados e a procedência, além da sistematização de dados da SECON sobre o volume de produtos recebidos nos portos de Belém.

Os dados e os relatos permitem traçar o perfil dos agentes e um panorama das formas de organização das atividades e dos setores de trabalho, que se amoldam aos produtos comercializados. A maioria dos trabalhadores nasceu em Belém (54,3%) e muitos são migrantes (44,2%), sendo que 91,3% residem na capital e 8,7% moram nas ilhas ou cidades próximas, sobretudo os produtores rurais que vêm diária ou esporadicamente vender suas mercadorias. Em geral, as famílias desses trabalhadores são constituídas pelo casal com três filhos, e algumas mantêm agregados (28,9%), sendo 40,6% casados e 23,2% em união estável e 36,2% solteiros. Para a quase totalidade, o trabalho nas feiras, portos e mercados é a principal fonte de renda, e agregam mão de obra familiar ao trabalho. Quanto às atividades, muitos relataram que têm contato com o trabalho nas feiras (71,7%) desde a infância, acompanhando os pais ou parentes próximos e mantiveram a atividade da família. A questão da temporalidade foi abordada por Leitão (2010) e Lima, Coelho-Ferreira & Oliveira (2011), havendo similaridades com aspectos observados neste estudo.

Categorias de trabalho

A especialização do trabalho revela-se nesta questão. O termo "Permissionário" não atendeu aos propósitos do estudo, considerando-se a autoidentificação, sendo que uma parte dos agentes citou mais de

⁴ A identificação das espécies vegetais foi realizada pelo Prof. Dr. Mário Augusto Gonçalves Jardim, ecólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi; e das espécies de peixes e mariscos segundo Espírito Santo & Isaac (2005).

uma categoria, revelando o papel que desempenham nos cotidiano de trabalho. Foram identificadas *categorias principais*, em geral associadas à vocação, experiência, conhecimento e à satisfação/insatisfação do trabalhador (Figura 7).

A categoria mais citada foi Feirante (47,3%), seguida de autônomo (14,0%). Porém, evidenciam-se especialidades entre os locais e setores, como é o caso de trabalhadores do Ver-o-Peso e do Complexo do Jurunas nas categorias de peixeiro (11,3%), erveiro/a (5,3%) e artesão (3,3%). Uma parte declarou-se vendedor (8,0%), incluindo-se os atravessadores (marreteiros) e produtores, além de outras categorias (10,0%), em geral, os ambulantes não cadastrados.

Assim, pode-se afirmar que as categorias principais vinculam-se aos produtos comercializados, mas também podem ser associadas à setorização de espaços, como citado por Campelo (2010, p. 50-55) no caso do Ver-o-Peso, ou a atividades específicas, como “Feira do Produtor Rural”, como observam Lima, Coelho-Ferreira & Oliveira (2011, p. 426) e Rocha et al. (2010).

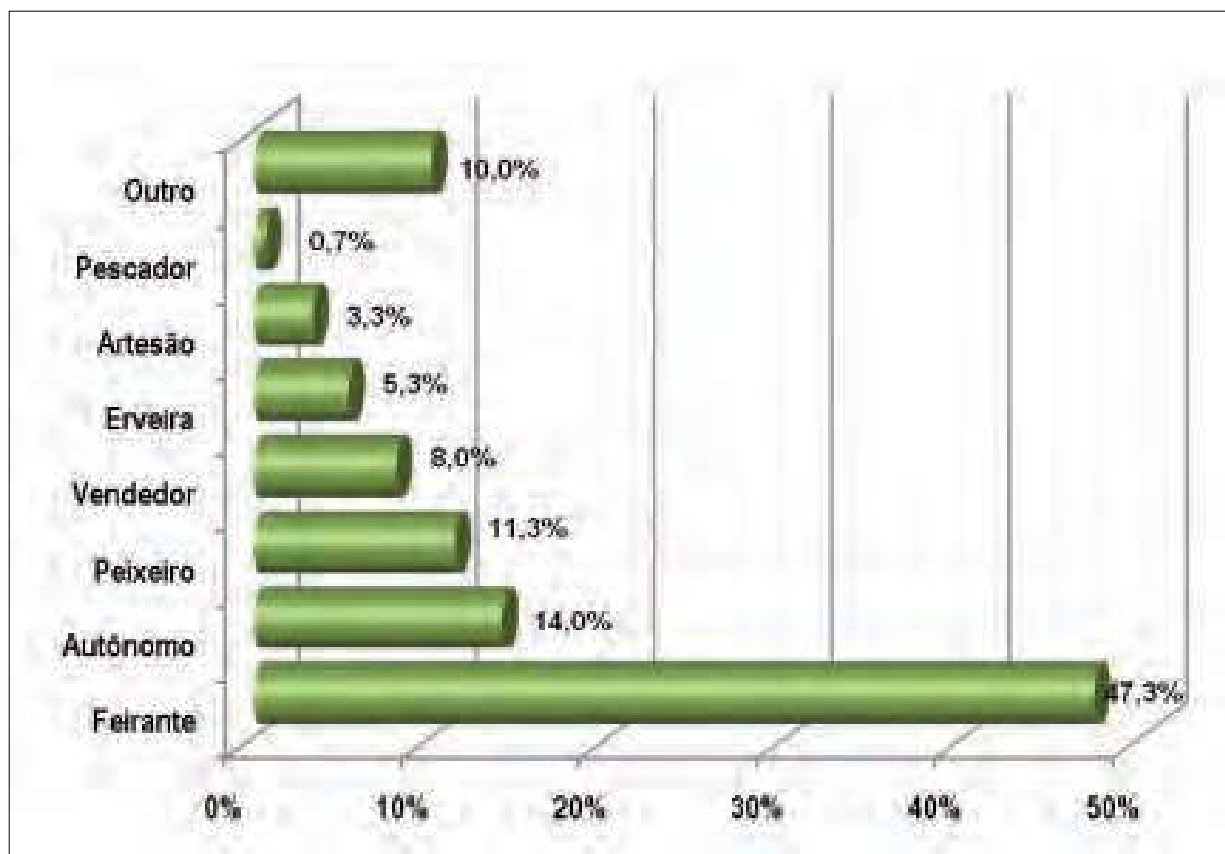


Figura 7. Categorias principais. Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Além dessas, foram identificadas *categorias auxiliares*, em geral associadas aos serviços avulsos, mantidos pelos feirantes para suprir a falta ou precariedade de serviços públicos. Nessas categorias destacam-se os atravessadores (34,6%) e os produtores (20,9%), que também aparecem nesta modalidade. A maioria das atividades auxiliares vincula-se à prestação de serviços, como carregadores (31,9%), lavadores (6,8%), arrumadores (1,9%) e outros ajudantes (3,8%), como seguranças e descascadores de mandioca. Essas atividades também são citadas por Sato (2007, p. 95) como sendo “trabalhadores que vivem da oferta de pequenos serviços (carregadores, vendedores de lanches e refrigerantes, vendedores de rifa, trocadores de dinheiro para os feirantes etc.)”.

As categorias de trabalho revelam as várias especialidades dos trabalhadores e o conhecimento dos produtos, ao longo o tempo. Isso os distingue nos seus ofícios e se refletem no grau de satisfação nas atividade a que se dedicam. Buscando identificar particularidades associadas ao tempo de trabalho na formação da sua renda mensal (Tabela 4).

Tabela 4. Tempo de atividade por faixa de renda.

Tempo Atividade	Até 3 SM		Acima de 3 SM		Total	%	
	Nº	%	Nº	%			
De 1 a 5 anos	11	8,0%	1	0,7%	12	8,7%	
De 6 a 10 anos	6	4,3%	1	0,7%	7	5,1%	
De 11 a 15 anos	9	6,5%	2	1,4%	11	8,0%	
De 16 a 20 anos	24	17,4%	6	4,3%	30	21,7%	
De 21 a 30 anos	27	19,6%	8	5,8%	35	25,4%	
Mais de 30 anos	39	28,3%	3	2,2%	42	30,4%	
Não informado	1	0,7%	0	0,0%	1	0,7%	
Total	117	84,8%	21	15,2%	138	100,0%	

A grande maioria dos informantes declarou a renda mensal na faixa de um a três salários mínimos e poucos estão na faixa de três a cinco salários, e são raros que chegaram a mais cinco salários mínimos, o que percebemos apenas na categoria de autônomos que vendem as mercadorias no atacado, o que lhes garante uma renda maior, entretanto, também são raros os que têm renda igual ou inferior a um salário mínimo.

Considerando duas grandes faixas de renda em relação ao tempo de trabalho, a maioria trabalha há mais de 30 anos na atividade (30,4%), porém, concentra-se na faixa de renda de 1 a 3 salários mínimos, seguido dos que trabalham de 16 a 20 anos (17,4%) e de 21 a 30 anos (19,6%), e estão na mesma faixa de renda. Em contraponto, o baixo quantitativo com renda acima de três salários em mais de 30 anos (2,2%) tem pouca representatividade; e o maior quantitativo na faixa de mais de 3 salários atuando entre 21 e 30 anos (5,8%). Os dados revelam que o tempo de trabalho não influencia na composição da renda, como uma valorização dos trabalhadores. A experiência lhes rende capital profissional, como no caso dos peixeiros e erveiras, que são profundos conhecedores dos produtos, considerados como especialistas nas suas atividades, porém esse conhecimento acumulado não se reflete no aumento da renda dessas categorias pela experiência e especialização ao longo do tempo de trabalho.

Considerando os tipos de produtos, muitos feirantes que lidam com produtos vegetais estão na atividade há mais de 30 anos e se especializaram, como as erveiras. Os que vendem produtos de origem animal, embora apareçam em menor quantidade (38%), também estão há mais de 30 anos na atividade (13%), como é o caso dos peixeiros, que detêm o conhecimento das espécies que e muitos também são considerados "mestres" e formam seus ajudantes (parentes ou não). Na relação entre os produtos e a renda não houve variação na faixa de renda, e ambas as modalidades se concentram na faixa de até três salários. A variação refere-se ao número de trabalhadores, sendo que a maioria trabalha com produtos de origem vegetal (55,8%) e a menor parte com os de origem animal (37,7%).

Condições de trabalho

Os trabalhadores avaliaram os seus locais de trabalho e apontaram os problemas enfrentados no cotidiano, que impactam nas condições de trabalho. Entre os principais fatores, destacam-se a adronização dos espaços, considerada boa (45,7%) ou ótima (1,4%) no Ver-o-Peso, Complexo do Jurunas e Porto do Açaí; e ruim (23,9%), no Porto da Palha e na Feira de Icoaraci, onde não há padronização. A Segurança pública foi considerada ruim pela maioria (46,4%) ou inexistente (13,8%) e poucos avaliaram como ótima (2,9%), em especial no Porto

da Palha, onde há um PM Box com rondas regulares. A limpeza pública foi avaliada como boa por 44,9%, e ruim por 52,9%, que também e citaram a falta de conscientização dos trabalhadores e o acúmulo de lixo próximo ao local de trabalho, como no Porto da Palha e Porto do Açaí. O Saneamento foi considerado bom pela maioria (51,4%) e ruim para 41,3%, principalmente no Porto da Palha, onde os alagamentos são frequentes. O acesso à água foi considerado bom para 47,1%, porém 19,6% não têm acesso à água no local de trabalho. Constatou-se que a maioria dos trabalhadores avaliou a infraestrutura e os serviços públicos como ruins.

A avaliação do local de trabalho também se refere ao grau de satisfação do trabalhador. Os feirantes expuseram suas queixas e sugestões para solucionar os problemas e melhorar os espaços onde passam a maior parte do seu tempo, e enfrentam dificuldades diariamente, sobretudo em razão da infraestrutura e dos serviços públicos considerados deficitários, sendo mais citados a segurança, a limpeza, a fiscalização da SECON e da vigilância sanitária (nos mercados). O lixo foi muito citado, pois incomoda os trabalhadores e afasta os consumidores ou “fregueses”.

Os problemas apontados prejudicam o desempenho das atividades, e têm sido pauta de reivindicações junto ao poder público, porém não houve mudanças desde a conclusão da pesquisa, exceto a reforma do Mercado do Ver-o-Peso. Apesar disso, a maioria dos trabalhadores considerou o seu local de trabalho bom, ótimo ou satisfatório. Entre os motivos, o mais significativo foi a dependência do local de trabalho, como meio de sobrevivência ou “ganha pão”, e onde são reconhecidos pelo seu trabalho. Outro motivo foi o vínculo pessoal, pois no ambiente de trabalho estão inseridos em um grupo social, onde têm relações de amizade, parentesco, colaboração e contato com o público, com a sua “freguesia certa”.

Fatores ambientais x condições de trabalho

Uma dos objetivos do estudo foi identificar os fatores ambientais e climáticos que impactam positiva ou negativamente nos locais de trabalho, na disponibilidade de produtos e no desempenho das atividades, visto que uso do solo na orla urbana de Belém para fins de trabalho acarreta um intenso fluxo de pessoas, mercadorias e transportes

que gera impactos ambientais. Neste aspecto, os trabalhadores apontam problemas inerentes a fatores ambientais e climáticos e indicam demandas ao poder público para enfrentá-los.

Entre os fatores ambientais de impactos negativos, os mais citados foram a chuva (31,1%), o calor (19,6%) e o sol (7,1%), pois lhes causam desconforto ou mal-estar. Devido à proximidade da orla, o alagamento também foi um fator citado, por exemplo, no Ver-o-Peso os trabalhadores são prejudicados pelo fenômeno da maré alta, em geral, nos meses de fevereiro e março, visto que os boxes/barracas ficam fechados. Entre os fatores antrópicos, os mais citados foram o barulho ou poluição sonora (20,4%), a poluição do ar (12,0%), e também a sujeira e o lixo acumulado, tanto pelo mau cheiro quanto pelo risco à saúde.

Por outro lado, identificaram fatores ambientais com impactos positivos no trabalho, como bem-estar, conforto e produtividade. Os fatores mais citados foram a localização (22,7%), a proximidade dos rios e portos (11,0%), sombreamento (9,5%) e drenagem (1,4%). A proximidade de estradas e rodovias pouco citada (0,2%), mas influencia no acesso dos consumidores (22,5%) e fornecedores (18,2%). Esses dados revelam que o transporte fluvial é considerado mais importante que o transporte rodoviário no abastecimento de mercadorias.

Vale ressaltar que muitos impactos negativos devem-se à falta de infraestrutura ou às condições precárias nos locais pesquisados. Com exceção da chuva, os outros problemas podem ser solucionados por intervenções do poder público, como o sombreamento por cobertura ou arborização, bem como por contenções e drenagem no caso dos alagamentos, como observado por Costa (1998, p. 196). Essas recomendações demandam ações do poder público e da sociedade em geral no sentido de amenizar ou mitigar os impactos negativos, visando à melhoria das condições de trabalho nesses espaços.

Fatores climáticos x disponibilidade de produtos

Entre as características climáticas desta porção da Amazônia, a precipitação é um dos fatores mais relevantes na dinâmica regional, pela forte presença de chuvas durante o ano. Em Belém, o clima é

caracterizado por duas estações anuais: estação chuvosa, de dezembro a maio; e estação menos chuvosa, de junho a novembro.

Quanto aos fatores climáticos que incidem na produção agrícola ou extrativista, e que, por sua vez, definem as safras e entressafras, na relação da sazonalidade x oferta de produtos, com base nas informações dos feirantes, da SECON e dados de precipitação, pode-se verificar:

a) A influência dos fatores climáticos na disponibilidade de produtos, impacta no volume de vendas e, conseqüentemente, na renda do trabalhador.

b) A variação entre o volume de produtos de origem vegetal (frutas, verduras, plantas medicinais etc.) e de origem animal (pescado, mariscos e crustáceos).

Para a maioria dos entrevistados (62,9%), o período menos chuvoso influencia mais na disponibilidade de produtos, porém, para 25,8% o período mais chuvoso influencia no aumento do volume e variedade de produtos e, conseqüentemente, das vendas.

Entre os fatores climáticos que influenciam a disponibilidade de produtos de origem vegetal ou animal, foi identificado o período mais chuvoso (inverno amazônico), associado à maior variedade de produtos de origem vegetal, com maior incidência de frutas regionais (51%). Porém, outros períodos de safra foram citados no verão amazônico, com baixa precipitação (período seco) e altas temperaturas.

Quanto aos produtos de origem vegetal, o açaí é um dos principais produtos disponíveis. Na associação entre a disponibilidade de produtos e as condições climáticas, apresenta-se a relação entre o volume anual (kg) de frutos de açaí e os dados de precipitação de 2010 (Figura 8).

Conforme a Figura 8, o maior volume (kg) de frutos do açaí disponível em Belém em 2010 ocorreu no período menos chuvoso, com picos de setembro a novembro, de acordo com Jardim & Kageyama (1994):

Afloração do açaizeiro ocorreu em todos os meses do ano, com um pico de fevereiro a maio correspondendo ao período da estação mais chuvosa, em mínimo de julho a setembro, correspondendo ao período da estação menos seca. Observou-se frutificação em todos os meses do ano, com um pico de junho a outubro e de fevereiro a abril (Jardim & Kageyama, 1994, p. 77-82)

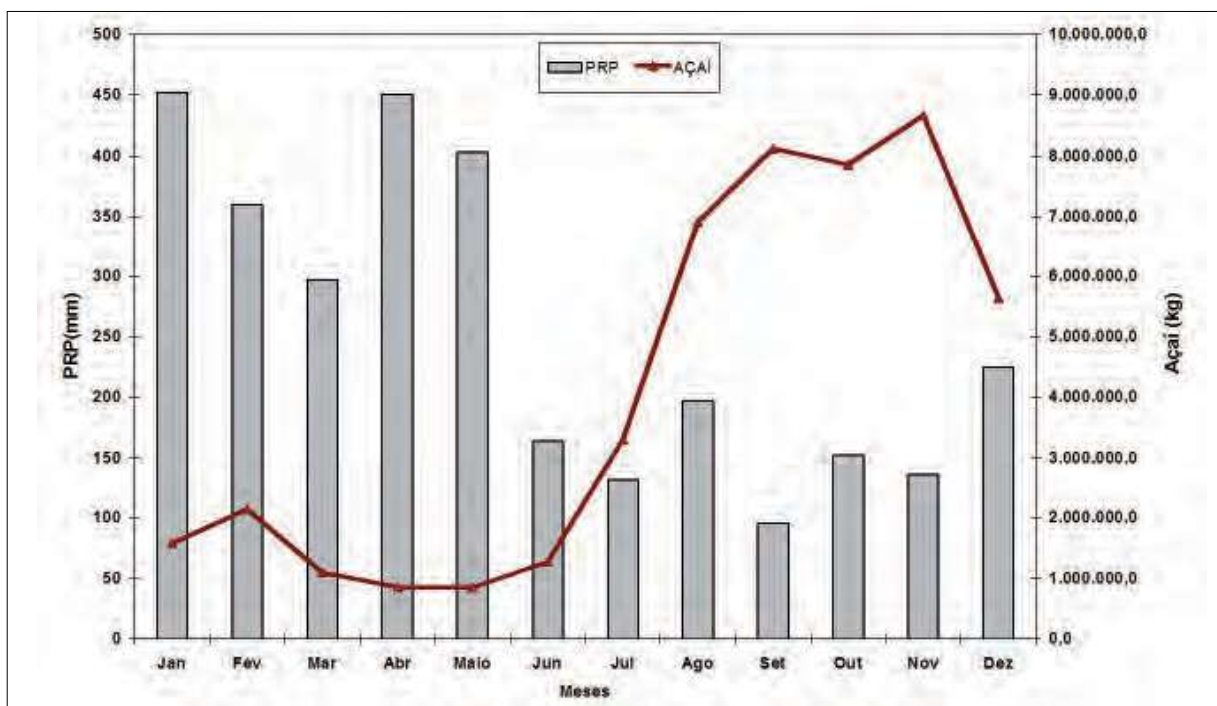


Figura 8. Relação entre o volume (kg) de frutos de açaí nas feiras de Belém e precipitação (PRP) mensal em 2010. Fontes: INMET (2010); SECON (2011). Elaboração: Mota, M.A.S.

A mesma relação foi demonstrada para outras frutas regionais com grande volume de comercialização: bacuri (*Platonia insignis* Mart.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum), pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth) e taperebá (*Spondias mombin* L.), com maior volume disponibilizado para comercialização em 2010 no período mais chuvoso (Figura 9).

Segundo Cavalcante (2010, p. 59, 103, 216, 228), o bacurizeiro floresce entre junho e julho e a queda de frutos maduros entre dezembro e até maio do ano seguinte, com clímax de safra nos meses de fevereiro a março. O cupuaçu frutifica no primeiro semestre, com pico entre fevereiro e abril; a pupunha é encontrada a partir de novembro até junho do ano seguinte, com clímax de safra de março a maio; e o taperebá ocorre com mais frequência e abundância entre dezembro e junho (Cavalcante, 2010, p. 228).

Quanto aos produtos de origem animal, não houve variação entre os dois períodos, ficando estável no verão amazônico e no período chuvoso (15%), com variação das safras de acordo com as espécies, tendo abundância de pescado durante todo o ano de 2010, com picos nos dois períodos (Figura 10).

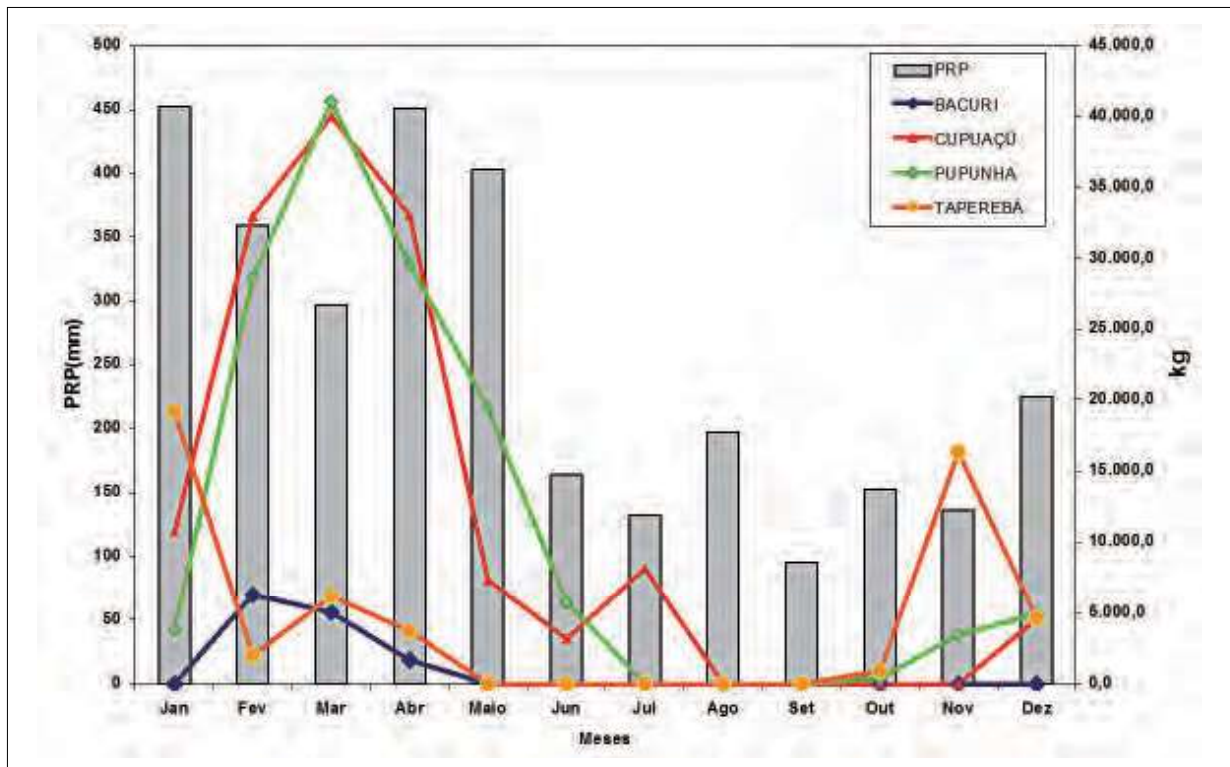


Figura 9. Volume mensal de frutas regionais (kg) em Belém e precipitação (PRP) mensal em 2010. Fontes: INMET (2010); SECON (2011). Elaboração: Mota, M.A.S.

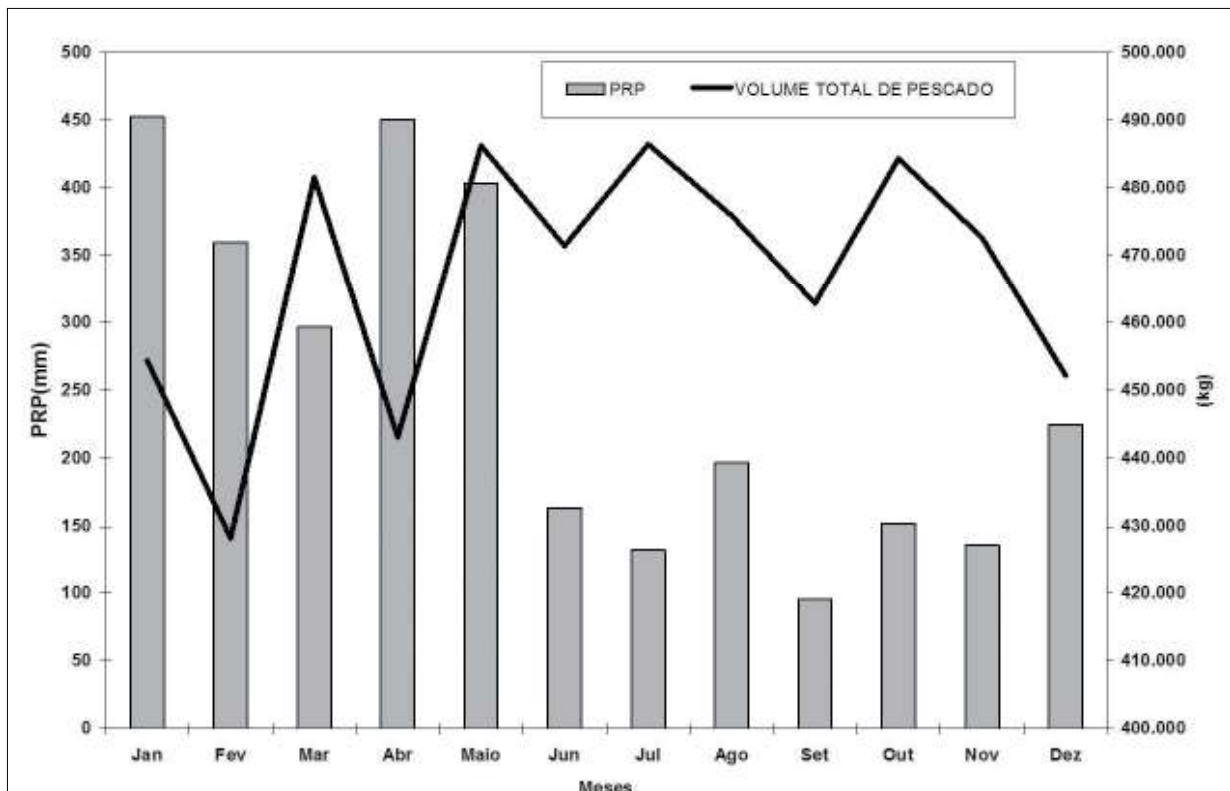


Figura 10. Volume mensal de pescado comercializado em Belém e precipitação (PRP) em 2010. Fontes: INMET (2010); SECON (2011). Elaboração: Mota, M.A.S.

Em relação à disponibilidade de produtos de acordo com as safras, os trabalhadores recorrem à diversificação de produtos como estratégia para garantir a regularidade nas vendas durante o ano, independente da estação. Segundo os relatos, na entressafra do açaí (período chuvoso), dedicam-se à comercialização de cacau e cupuaçu, disponíveis em maior volume no período chuvoso. Esta questão é aqui apontada como tema sobre as estratégias de subsistência ou de complementação de renda, que foge aos objetivos deste estudo, mas, sem dúvida, merece maior aprofundamento em estudo específico.

Considerações finais

Ao propormos a análise sobre a relação trabalho, natureza e mercado, consideramos a hipótese de que é possível dar visibilidade a outra dimensão da sociodiversidade, questionando o que se define no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade já na sua apresentação, no sentido de promover o “fortalecimento das cadeias produtivas e a consolidação de mercados sustentáveis para os produtos e serviços da sociobiodiversidade, oriundos de territórios ocupados por povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares”.

Como mencionamos no decorrer do texto, o uso e a valorização dos produtos florestais, especialmente os não madeireiros, têm origem nos saberes das populações tradicionais, sendo justos o reconhecimento e a compensação financeira pelos saberes repassados a outros segmentos como base do uso sustentável dos recursos naturais. Nesta abordagem, o uso social da biodiversidade refere-se à dimensão socioeconômica dos produtos regionais não madeireiros utilizados na culinária, na medicina popular, no artesanato, em rituais, nas festividades e outros fins, especialmente aquelas que são comercializadas nas feiras, mercados e portos de Belém.

As reflexões apresentadas baseiam-se na observação mais direta sobre as nas trocas comerciais e simbólicas associadas à valorização econômica de produtos não madeireiros, que se convertem em bens de uso e de troca e se inserem no mercado, em princípio, pela via do trabalho de extrativistas e produtores rurais, como também de trabalhadores informais envolvidos nas redes de intermediação que se realizam na cidade de Belém, considerando as formas de apropriação dos espaços,

a produção e reprodução das formas de trabalho, os atores envolvidos e os benefícios da sociobiodiversidade.

A diversidade e a quantidade de produtos revelam o potencial produtivo das ilhas e municípios paraenses, cujo volume anual disponibilizado para comercialização em 2010/2012 atingiu aproximadamente 55.919.142 kg para os hortifrutí, com destaque para as frutas regionais. O pescado atingiu cerca de 5.599.621 kg; os mariscos tiveram volume aproximado de 1.013,434 kg, sendo grande parte deles recebidos e comercializados nos espaços pesquisados.

No universo observado, prevalece o trabalho informal, em espaços urbanos de uso permitido, agregando mais de 800 trabalhadores que se dedicam exclusivamente à venda de produtos regionais, cujas atividades se caracterizam pela forma de organização individual ou familiar, sendo que a grande maioria encontra-se faixa de renda de um a três salários mínimos mensais, independente do tempo de trabalho e dos produtos que vendem, em geral são espécies que têm importância simbólica e cultural, além do valor comercial.

A realidade observada suscita análises e reflexões acerca dos benefícios da sociobiodiversidade, considerando as suas raízes nos saberes e práticas sustentáveis de populações tradicionais, e se estendem a várias categorias de trabalhadores informais que atuam nas feiras, portos e mercados situados na orla da cidade de Belém, que aqui se configura como um território provedor e reprodutor do trabalho nos fluxos comerciais de produtos regionais, que historicamente estão na base da reprodução social de trabalhadores rurais e urbanos.

Referências

Belém-Prefeitura Municipal de Belém. 1994. **Decreto Municipal Nº 26.579**. Belém: PMB, 14 abr..

Belém-Prefeitura Municipal de Belém. 1994. **Decreto Municipal Nº 26.580**. Belém: PMB, 14 abr.

Belém-Prefeitura Municipal de Belém. 2001. **Decreto Municipal Nº 39.326**. Belém: PMB, 1 out.

Brasil. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília: MDA; MMA; MDS, 2009.

- Campelo, M. M. 2010. Conflito e espacialidades de um mercado paraense. In: Leitão, W. M. (Org.). **Estudos antropológicos no mercado de Belém**. Belém: NAEA, p. 41-68.
- Castro, E. (Org.). 2006. **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP
- Castro, E. 2008. Urbanização, pluralidades e singularidades das cidades amazônicas. In: Castro, E. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume.
- Castro, E. 1999. Tradição e modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, 2 (1): 31-50.
- Castro, E.; Santos, M. A. 2006. Belém de águas e de portos: ação do Estado e modernização na superfície. In: Castro, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP,,p. 25-43.
- Cavalcante, P. B. 2010. **Frutas comestíveis da Amazônia**. 7. ed. Belém: MPEG, 282 p.
- Costa, A.C.L. 1998. **Estudo de variações termo-higrométricas de cidade equatorial devido ao processo de urbanização: o caso de Belém-PA**. 1998. 232f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Carlos.
- Cruz, S. H. R.; Castro, E. M. R. de; Sá, M. E. R. 2011. Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: modernização e conflito. **Novos Cadernos NAEA**, 14(2): 89-116.
- Espírito Santo, R. V.; Isaac, V. J. (Coords.). **Peixes e camarões do estuário do litoral bragantino, Pará, Brasil**. Belém: MADAM, 2005, 268p.
- Furtado, L. G.; Nascimento, I.H. 2002. Traços de uma comunidade pesqueira no litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. In: FURTADO, L.G.; QUARESMA, H.D.B. (Orgs.) **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: MPEG,p. 23-56. (Coleção Eduardo Galvão).
- Furtado, L. G; Souza, M. A. M. 2006. Belém, ocupação humana e uso dos recursos do estuário. In: Castro, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, p. 161-178.
- Furtado, L. G; 1993. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: MPEG, 486p. (Coleção Eduardo Galvão)
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>> Acesso em: 11 ago. 2011.
- IBGE Cidades-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados de população – Belém**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150140&search=para|belem>> Acesso em: 10 jun. 2015.
- Isaac, V. 2006. Reflexões sobre uma política de desenvolvimento da pesca na Amazônia. In: Castro, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, p. 321-344.
- Jardim, M.A.G; Kageyama, P.Y. 1994. Fenologia de floração e frutificação em população natural de açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário Amazônico. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ser. Bot.**,10 (1):77-82.
- Jardim, M. A. G.; Mourão, L.; Groissman, M. 2004. **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Adolpho Ducke).

- Leitão, W. M. (Org.). 2010. **Estudos antropológicos no mercado de Belém**. Belém: NAEA.
- Lima, P. G. C.; Coelho-Ferreira, M.; Oliveira, R. 2011. Plantas medicinais em feiras e mercados públicos do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, estado do Pará, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, 25 (2):422-434.
- Lisboa, P.L.B. (Org.). 2009. **Aurá: comunidades e florestas**. Belém: MPEG, 274p.
- Moreira, E. 1966. **Belém e a sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária.
- Nunes, B. F. 2008. Interface entre urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume.
- Oliveira, A.E. 1983. Ocupação humana. In: Salati, E. et al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, p. 144-327.
- Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém. v.7. Manaus: UFAM; Belém: UNAMAZ; UFPA; IAGUA. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia)
- Rocha, H. C. et al. 2010. Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. **Cienc. Rural**, 40 (12):2593-2597.
- Sá, M.E.R.; Costa, S.M.G.; Tavares, L.P.O. 2006. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A.C.D. (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes Olhares em Perspectivas**. Belém: EDUFPA, p. 113-160.
- Santana, G. Zoneamento, usos sociais e representações dos espaços aquáticos em Fortalezinha, Maracanã, Pará. CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.p. 275-402.
- Sato, L. 2007. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, 19 (1): 95-102.
- SECON-Secretaria Municipal de Economia. **Dados sobre o volume de produtos ofertados em portos**, Belém: SECON/DFMP, 2011. (CD-ROM).
- Sena, A. L., **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial face à metamorfose do capital**. Belém: NAEA, 2006. 390p.
- Silva, P.J.D.; Almeida, S.S. 2004. Estrutura ecológica de açais em ecossistemas inundáveis da Amazônia. In: Jardim, M.A.G.; Mourão, L.; Groissman, M. **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: MPEG, p. 37-52. 274p. (Coleção Adolpho Ducke).
- Silva, S.B. 2010. **Belém e o ambiente insular**. Belém: UFRA.
- Silva, I.S. 2011. **Trabalho e sociobiodiversidade: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará**. 2011. 178 fl. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Silva, I.S.; Castro, E. M R. de. 2013. Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, Pará. **Novos Cadernos NAEA**, 16(1): 109-126, Supl.